

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.424.304 - SP  
(2014/0276041-4)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE : COCA COLA INDUSTRIAS LTDA**  
**ADVOGADOS : CELSO CINTRA MORI - SP023639**  
**RENATO JOSÉ CURY E OUTRO(S) - SP154351**  
**CRISTIANO ZECCHETO SAEZ RAMIREZ E OUTRO(S) - SP188439**  
**NATALIA PEPPI - SP297369**  
**ADVOGADOS : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS E OUTRO(S) - DF031156**  
**VICENTE COELHO ARAÚJO - DF0013134**  
**LAIS DE OLIVEIRA E SILVA - DF059384**  
**EMBARGADO : MARLENE MUNIZ PINTAN**  
**ADVOGADO : FABIO DE OLIVEIRA PROENCA - SP151819**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NULIDADE DA INTIMAÇÃO. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. REQUERIMENTO PARA QUE AS INTIMAÇÕES FOSSEM EFETUADAS EM NOME DO SUBSTABELECIDO. INTIMAÇÃO DA INCLUSÃO EM PAUTA REALIZADA APENAS EM NOME DE OUTROS PATRONOS CONSTITUÍDOS. NULIDADE RECONHECIDA. MEMORAIS. SUSTENTAÇÃO ORAL. AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. RECURSO PROVIDO.

1. A Corte Especial deste Sodalício tem jurisprudência pacífica no sentido de que, se há substabelecimento e solicitação expressa para as intimações serem expedidas também em nome do advogado substabelecido, nas publicações deve constar, pelo menos, o nome deste.

2. No contexto acima, além do nome do substabelecido, pode haver também a nomeação de outros patronos constituídos, mas não se pode justamente deixar de grafar nas intimações o nome do patrono que peticionou expressamente no sentido da providência não atendida.

3. É dedutível o prejuízo advindo da nulidade acima referida numa causa com contornos fáticos bem peculiares — como sói acontecer nas ações de dano moral —, onde o causídico que expressamente pleiteou a publicação em seu nome não foi intimado quanto à inclusão em pauta do recurso especial, sendo impedido, por isso, de previamente distribuir memoriais e de realizar sustentação oral, esta última prática prevista no ordenamento jurídico, com específicas hipóteses de cabimento, cujo exercício fortalece os princípios da ampla defesa e do devido processo legal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Embargos de divergência conhecidos e providos. Retorno dos autos ao colegiado de origem, para novo julgamento do recurso especial. Prejudicada a segunda tese do recurso.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Herman Benjamin indeferindo liminarmente os embargos de divergência e o voto do Sr. Ministro Felix Fischer acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por maioria, conhecer dos embargos de divergência e dar-lhes provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Felix Fischer, Francisco Falcão, Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator. Votaram vencidos os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Mauro Campbell Marques, Maria Thereza de Assis Moura e Herman Benjamin.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Humberto Martins e Napoleão Nunes Maia Filho.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019(Data do Julgamento).

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator